



ARA DOS DEPUTADOS

SSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

## SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 3.863, DE 2021

(Apensado Projeto de Lei 646/2023)

Altera a Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018, para criar a obrigatoriedade de divulgação da existência do crime de importunação sexual, nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Esta Lei insere o art. 2º-A na Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018, para criar a obrigatoriedade de divulgação da existência do crime de importunação sexual, nas condições que especifica.

Art. 2º A Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018, passa a vigorar acrescida do art. 2º-A, com a seguinte redação:

“Art. 2º-A Será dada, na forma do regulamento, divulgação à caracterização do crime de importunação sexual, com sua respectiva pena, em material impresso, digital ou por aviso sonoro:

I – pelo Poder Público ou por meio das concessionárias, em veículos e terminais de transporte coletivo, assim como nos locais onde a ocorrência desse tipo penal for registrada com frequência; e

II – pelos responsáveis por eventos turísticos em geral, blocos de carnaval, micaretas fora de época, boates, bares e similares, nos locais sob sua responsabilidade”. (NR).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 1º de agosto de 2023.

Ubiratan **SANDERSON**

Deputado Federal  
Presidente CSPCCO

Apresentação: 02/08/2023 15:35:53.663 - CSPCCO  
SBT-A 1 CSPCCO => PL 3863/2021

SBT-A n.1

